

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.444.719 - SP  
(2019/0041419-0)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**ADVOGADOS : JOAO DACIO DE SOUZA PEREIRA ROLIM - SP076921**  
**ANDRESA CUNHA DE FARIA - SP311931**  
**LISIA CALDEIRA DE FIGUEIREDO ANTUNES - SP339957**  
**HELVECIO FRANCO MAIA JUNIOR - SP352839**  
**AGRAVADO : RUMO MALHA PAULISTA S.A**  
**ADVOGADOS : MARINA VILHENA GALHARDO - SP322211**  
**ROBERTA MUCARE PAZZIAN - SP344108**

## **EMENTA**

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 11 DA LEI N. 8.987/95. COBRANÇA PELO USO DE FAIXA DE DOMÍNIO. INSTALAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA. POSSIBILIDADE DESDE QUE HAJA PREVISÃO NO CONTRATO DE CONCESSÃO. PRECEDENTES.

1. O poder concedente, com base no art. 11 da Lei nº 8.987/95, poderá estabelecer, no edital de licitação, a possibilidade de a concessionária obter fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, para favorecer a modicidade das tarifas. Precedentes.
2. Agravo interno não provido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa, Gurgel de Faria (Presidente), Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator